

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

Amadeu Antônio Pereira Neto

Fauston Negreiros

Leilanir de Sousa Carvalho¹

Resumo

O estudo investiga a atuação do psicólogo escolar em gestão de políticas públicas de educação diante das demandas educacionais no Brasil. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório-descritiva. Participaram 42 psicólogas que atuavam na gestão de políticas públicas educacionais no estado do Piauí, Brasil. O instrumento de coleta utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturada, analisado com análise de conteúdo. Assim, obtiveram-se três eixos analíticos: focos de atuação nas políticas públicas de educação; atuação na gestão de políticas públicas educacionais; e, práticas na gestão intersectorial de políticas públicas de educação. Os resultados apontaram que as psicólogas, mesmo estando inseridas na gestão de políticas públicas educacionais não conseguem se perceber como atuante nesse âmbito de gestão. Em suma, o estudo aponta a potencialidade dessa prática emergente, inserção do psicólogo escolar em gestão, sobretudo visando fortalecer as políticas públicas de educação.

Palavras-chave: Psicólogo escolar - Políticas públicas de educação - Gestão.

The school psychologist in the management of public education policies in Brazil

Abstract

The study investigates the performance of the school psychologist in the management of public education policies in response to the educational demands in Brazil. This was a qualitative, exploratory-descriptive research. Participated 42 psychologists who worked in the management of educational public policies in the state of Piauí, Brazil. The collection instrument used was a semi-structured interview script, analyzed with content analysis. Thus, three analytical axes were obtained: focus of action in public policies of education; acting in the management of public educational policies; and, practices in the intersectorial management of public policies of education. The results pointed out that psychologists, even though they are inserted in the management of educational public policies, can not perceive themselves as active in this field of management. In sum, the study points out the potential of this emergent practice, insertion of the school psychologist into management, mainly aimed at strengthening public education policies.

Keywords: School psychologist - Public education policies - Management.

El psicólogo escolar en la gestión de políticas públicas de educación en Brasil

Resumen

El estudio investiga la actuación del psicólogo escolar en gestión de políticas públicas de educación ante las demandas educativas en Brasil. Se trató de una investigación cualitativa, del tipo exploratorio-descriptivo. Participaron 42 psicólogas que actuaban en la gestión de políticas públicas educativas en el estado de Piauí, Brasil. El instrumento de recolección utilizado fue un guión de entrevista semiestruturada, analizado con análisis de contenido. Así, se obtuvieron tres ejes analíticos: focos de actuación en las políticas públicas de educación; la actuación en la gestión de políticas públicas educativas; y prácticas en la gestión intersectorial de políticas públicas de educación. Los resultados apuntaron que las psicólogas, aun estando insertadas en la gerencia de políticas públicas educativas no logran percibirse como actuante en ese ámbito de gestión. En resumen, el estudio apunta la potencialidad de esta práctica emergente, inserción del psicólogo escolar en gestión, sobre todo para fortalecer las políticas públicas de educación.

¹ Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Piauí, Brasil. E-mail: amadeuphb@hotmail.com; faustonnegreiros@ufpi.edu.br; leilanircarvalho@ymail.com

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

Palabras clave: Psicólogo escolar - Políticas públicas de educación - Gestión.

Introdução

As áreas de atuações e as possibilidades de prática do psicólogo escolar geram discussões entre os próprios profissionais. Segundo Barreto, Calafange e Lima (2009) a psicologia escolar inicialmente tinha como meta a promoção do bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças em idade escolar. Atualmente, sua preocupação está voltada para a ampliação de sua abrangência para adultos da escola, como pais, professores e comunidade. Desse modo, o psicólogo escolar tem como pauta desenvolver ações que promovam o bem-estar biopsicossocial de todos os atores que compõem a escola (Martínez, 2017).

É importante destacar que o trabalho da psicologia no campo educativo não se resume ao trabalho na instituição escola, pois os processos educacionais acontecem em diferentes âmbitos e níveis, fazendo com que essas duas áreas assumam diferentes e variadas formas (Martínez, 2009). Esse trabalho da psicologia pode se estender para além do muro escolar, como é o caso das políticas públicas educacionais (PPE), que correspondem aos programas ou ações fomentadas pelos governos, a fim de operacionalizar práticas e medidas que possam garantir o acesso à educação a todos os cidadãos e às melhorias do ensino (Giron, 2012).

Antes de adentrar no conceito de políticas públicas educacionais, é importante abordar o conceito e as utilidades das políticas públicas (PP). Para Oliveira (2010), essas políticas, pela ótica etimológica, competem à participação do povo nas decisões da cidade e do território.

As políticas públicas são criadas com o intuito de sanar as necessidades e problemas sociais advindos da vida coletiva, desse modo, é importante se constituírem em soluções para essas necessidades, nas suas mais variadas áreas, como educação, trabalho, saúde, social, entre outras (Leonardo et al., 2018).

Em vista disso, se faz importante um projeto de PP bem elaborado, é por intermédio do projeto que as políticas são definidas e utilizadas, também podendo nortear as realizações em dadas áreas da gestão; sendo que os programas e projetos é que dirão como, quando e onde serão desenvolvidas e para qual fim. Exemplo de finalidade desses programas e projetos é a área educacional, no qual se encontra as políticas públicas educacionais (Negreiros et al, 2018).

As políticas públicas educacionais (PPE) são tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer nas questões que dizem respeito à educação escolar, ou seja, são todas as decisões do governo que influenciam na escola enquanto ambiente de ensino e aprendizagem (Oliveira, 2010). Giron (2012) afirma que as políticas públicas educacionais são a junção de projetos que abrangem o estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, visando o resgate à construção da cidadania.

É de suma importância ressaltar que as políticas públicas educacionais não estão apenas associadas ao ingresso de todas as crianças e adolescentes nas escolas públicas, mas também, na criação de uma sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação, e, a partir disso, podem influir na vida de todas as pessoas (Ferreira & Santos, 2014).

O enfoque atual das políticas educacionais busca a descentralização do poder e a autonomia da escola. Entretanto, essa descentralização se mostra sendo um obstáculo para a gestão política, pois terá de buscar formas de obter consenso que concedam a participação da escola e da comunidade. Essa cooperação entre escola e comunidade desempenha um papel de barreira para que não torne a escola suscetível aos ajustes internos e aos interesses individuais dos que ali operam, como também impede a escola de criar meios de preservação de privilégios ou de selecionar alunos que tenham melhor condição social (Dugnani, 2016).

Pesquisas na área da psicologia escolar têm abordado o papel do psicólogo na escola. (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Marinho-Araujo & Almeida, 2014; Martínez, 2009; Tanamachi & Meira, 2003). Atualmente, entende-se que o psicólogo deve atuar de forma consciente, contextualizada e crítica junto à comunidade escolar.

A psicologia tem potencial e capacidade de protagonizar a construção de políticas públicas educacionais, mediante a formulação de propostas práticas, produção de conhecimentos, desenvolvimento e avaliação de dispositivos que promovam o diálogo interdisciplinar como auxílio na busca de soluções para os conflitos e problemas sociais (Negreiros & Santos, 2018).

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

Dessa forma, se torna possível contemplar a possibilidade de que esse profissional trabalhe com a comunidade escolar na posição de mediador, em colaboração com a equipe gestora e os demais profissionais educadores. Mediando os conflitos, trabalhando em conjunto com o grupo para a superação de conflito (Leonardo et al., 2018; Dugnani, 2016; Wanderer & Pedroza, 2010).

É importante ressaltar que também é papel do psicólogo escolar atuar na criação de uma gestão escolar democrática, como também de expandir a participação da comunidade na escola. Desse modo, a proposta pedagógica necessita ser entendida como articulada à estrutura administrativa, à política educacional e ao cenário crítico da sociedade na qual a escola está inserida. Faz-se necessário construir uma escola democrática e autônoma, que só é alcançada com uma maior e mais ampla inserção no processo de gestão escolar (Chagas & Pedroza, 2013).

Faz importante refletir sobre a atuação do psicólogo escolar, pensá-lo atuando enquanto gestor. Isto posto, o psicólogo como gestor escolar ou de políticas públicas de educação é capaz de promover um espaço mais amplo de diálogo, assim como ter um olhar mais atento para as singularidades dos sujeitos e uma clareza sobre a diversidade do desenvolvimento humano. Vale ressaltar que nessa conjuntura, esse profissional desenvolve uma dupla atividade: ser gestor e psicólogo escolar (Khoeler, 2018).

A atuação do psicólogo escolar frente às políticas públicas educacionais tem como objetivo contribuir para a criação ou execução das políticas públicas que melhor se adequem e colaborem para o contexto e desenvolvimento educacional. Enquanto prática inovadora e necessária, a inserção do psicólogo trabalhando na gestão, pode potencializar as instituições de ensino, por meio da elaboração, implementação, acompanhamento e reformulação de programas e projetos, em conjunto com toda equipe escolar (Negreiros et al., 2018; Moraes et al., 2019).

Diante da presença do psicólogo escolar nesse cenário, mediante um perfil de trabalho, as dificuldades enfrentadas e os benefícios provenientes da sua atuação na gestão, é que se circunscreve o presente objeto do estudo: identificar e caracterizar práticas dos psicólogos escolares que atuam na gestão de políticas públicas educativas. Assim, a partir disso, verificar os tipos de políticas educacionais nas quais estão inseridos, bem como as particularidades que norteiam sua atuação nesse espaço.

Método

Trata-se de uma abordagem qualitativa, do tipo exploratório-descritiva. Esse estudo foi submetido à análise e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí via plataforma Brasil. A amostra foi composta por psicólogos escolares que atuam na gestão de políticas públicas educativas no estado do Piauí. Participou da pesquisa o total de 42 psicólogos que foram todos os profissionais mapeados em todo o estado no período de 2018 - 2019, e que estão vinculados às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação do estado do Piauí. Todos os profissionais mapeados concordaram em participar da pesquisa, e como critério de inclusão foram considerados todos os profissionais que apresentassem o período mínimo de 01 ano de experiência como psicólogo atuando na área da educação, portanto, todos os participantes foram considerados e seus dados foram analisados.

Os participantes tinham idades que variavam de 24 a 57 anos, sendo trinta e sete do sexo feminino e cinco do sexo masculino. O tempo de atuação como psicólogos foi de 1 a 31 anos e suas experiências como psicólogos escolares nas respectivas instituições variam dentre 02 anos a aproximadamente 13 anos.

Todos os profissionais foram contatados individualmente e convidados a participar da entrevista, após o aceite eram estabelecidos dia e horário para que a mesma acontecesse, as entrevistas foram realizadas no local de trabalho de cada profissional, e no momento todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e suas identidades foram preservadas.

Utilizou-se como instrumentos para obtenção de dados: 1) questionário sociodemográfico, contendo questões sobre sexo, idade e informações de caracterização profissional; 2) roteiro de entrevistas, contendo itens que versavam sobre as atividades de gestão desenvolvidas junto às políticas públicas de educação, considerando às demandas educacionais emergentes, como: *Qual(is) as políticas públicas educacionais presentes na instituição? Como a psicologia escolar está influenciando nas políticas educacionais?; Qual a atuação da gestão frente às políticas públicas educacionais na instituição?; e Diante da sua experiência na gestão da área, qual(is) política(s) seria(m) necessária(s) a inserção do psicólogo para desenvolver práticas, intervir, estabelecer parcerias etc?.*

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

Para análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que se conceitua como um procedimento diferenciado, que tem como cerne as mensagens e seus significados. Desta maneira, o conteúdo das entrevistas foi disposto em categorias de acordo com suas temáticas e representações, e posteriormente foram caracterizadas e interpretadas por meio dos eixos categóricos encontrados.

Os resultados possibilitaram a emersão de três eixos categóricos de análise sobre a atuação do psicólogo escolar na gestão de políticas públicas educacionais: Categoria de Análise 1: Focos de atuação nas políticas públicas de educação; Categoria de Análise 2: Atuação na gestão de políticas públicas educacionais; e Categoria de Análise 3: Práticas na gestão intersetorial de políticas públicas de educação.

Resultados e Discussão

Categoria de Análise 1: Focos de atuação nas políticas públicas de educação

A amostra da pesquisa foi composta por quarenta e dois psicólogos escolares da educação básica do estado do Piauí (PEE1, PEE2, PEE3, PEE4, PEE5,...), que atuavam em políticas públicas frente a seis eixos (E1, E2, E3, E4, E5 e E6). Eixo 1: *Políticas para educação inclusiva*; Eixo 2: *Políticas de formação e atuação do psicólogo escolar*; Eixo 3: *Políticas de melhoria da educação*; Eixo 4: *Políticas de formação de professores*; Eixo 5: *Políticas de atendimento à diversidade*; Eixo 6: *Políticas intersetoriais*.

Esses eixos referentes às políticas públicas educacionais serão utilizados para melhor compreensão dos dados (ver figura 1), os eixos foram elaborados pelo Grupo de Trabalho - GT Psicologia e Políticas Educacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP no XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, em junho de 2016 na cidade de Maceió, Alagoas (ANPEPP, 2016).

Em relação ao tempo de atuação das(os) participantes da pesquisa como psicólogas(os) escolares, variou de dois anos à treze anos, indicando que a contratação de psicólogas(os) para atuar na área educacional é um movimento que se consolida no estado do Piauí. Ressalta-se a pesquisa *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios*, das autoras Souza, Yamamoto e Galafassi (2014) que

trazem dados de mais da metade dos psicólogos do Paraná, Bahia e Santa Catarina que apresentam menos de 03 anos de atuação na área, indicando um movimento recente de contratação das(os) psicólogas(os) atuando na educação. E o CFP revela no documento Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica os dados de que 64,9% dos psicólogos atuam como psicólogos na educação há menos de quatro anos (CFP, 2019).

De acordo com Tondin, Schott e Bonamigo (2014) o que ocasionou o aumento recente de contratações de psicólogos na educação foram, a valorização da psicologia escolar no processo de formação do psicólogo e a expansão das políticas públicas que demandam o trabalho do psicólogo nas escolas.

Portanto, a Figura 1 apresenta o número de psicólogos escolares por eixos das políticas públicas nas quais estão inseridos.

Figura 1

Por intermédio dos dados, constata-se que apenas um psicólogo atua exclusivamente nos eixos 2 e 3 (*Políticas de formação e atuação do psicólogo escolar* e *Políticas de melhoria da educação*). Apenas dois psicólogos atuam respectivamente nos eixos “3, 4 e 6”, “1, 2, 3, 4, 5, 6” e “1, 3 e 4”. Três profissionais trabalham respectivamente nos eixos “1 e 3” e apenas no “1”.

A grande maioria dos psicólogos atuam no eixo “3”, demonstrando que a atuação do psicólogo escolar nas políticas públicas no Piauí está mais voltada para a melhoria da educação. Ressalta-se a grande diferença que existe entre os números de profissionais que atuam frente ao eixo 3 e os que trabalham com as políticas do eixo 6, apenas dois dos psicólogos entrevistados atuam frente às políticas de atendimento à diversidade.

É importante que a atuação do psicólogo frente às políticas de melhoria da educação seja pautada nos planos de vida, identidade dos indivíduos e grupos, além do desenvolvimento de estratégias comprometidas com a comunidade, com base no contexto e potencial no enfrentamento da efetivação dessas políticas (Góes & Machado, 2013).

Por esse motivo, faz-se necessário ampliar o olhar do psicólogo para os demais atores do espaço escolar, partindo de um olhar psicoeducativo, que é a intervenção realizada por psicólogos e profissionais da educação, como também psicossocial, aquele capaz de identificar os espaços escolares como impulsionadores na

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

necessidade de novos olhares para esse campo de prática, diante da realidade identificada em seu contexto de atuação (CRP, 2019) E comprometida com a transformação social, mediante a promoção de tomada de consciência do contexto em que está inserido e a sua participação no processo de mudança (Martínez, 2009).

Categoria de Análise 2: Atuação na gestão de políticas públicas educacionais

Desse modo, por meio dos relatos dos psicólogos entrevistados, percebeu-se a existência de três subcategorias. A primeira subcategoria foram as dos psicólogos que não se reconhecem na gestão e nem como gestores das políticas públicas educacionais; na segunda subcategoria se enquadraram os psicólogos que reconhecem a existência e importância de uma gestão de políticas públicas educacionais com gestão compartilhada, coletivamente; a terceira é composta por psicólogos que se reconhecem como gestores de políticas públicas educacionais.

Nota-se que os psicólogos mesmo estando inseridos na função de gestão de políticas públicas educacionais, não conseguem se perceber como atuantes nessa prática, e menos ainda como gestor de políticas públicas educacionais. Isso pode ser verificado a partir dos relatos:

Acredito que não [ver-se como psicóloga com perfil de gestão nas políticas]. Até porque não se tem no quadro o cargo de psicólogo, eu estou aqui como terceirizada. Teve um concurso aí já faz um tempo, mas não foi voltado para a educação. PEE6

Não percebo muito a atuação de gestão, tudo aqui é muito unificado e sem espaço para observações de gestores, sejam de conselhos ou mesmo de gestões estudantis. PEE12

É necessário que o psicólogo escolar construa representações gerais e complexas dos processos que envolvem a educação e a escola, para assim permitir uma atuação eficiente, levando em consideração os conhecimentos sobre a organização do sistema educacional, delineamento curricular e didático, além das políticas educacionais que está vinculado (Martínez, 2017).

Em outros extratos de entrevistas, percebe-se que esses profissionais veem a importância da atuação na gestão, reconhecem que tem um líder no qual eles podem recorrer para trocas de ideias, desse modo, percebe-se que ambos os profissionais trabalham em sintonia, por

intermédio de uma horizontalidade de saberes, e de uma gestão de políticas públicas educacionais lideradas coletivamente, compartilhada com o psicólogo escolar.

Aqui a nossa Gerente [da Regional de Educação] é o elo de todo mundo, é pra quem a gente sempre recorre, a gestão dela eu considero super, hiper, mega positiva e ela realmente busca fazer o seu papel, busca que todo mundo esteja cumprindo seu papel e tentando fazer um grupo mais coeso. PEE3

O gestor, o nosso orientador [o Gerente Regional de Educação] é a nossa gestão principal. Recebemos orientação dele e trabalhamos com ele todos os dias, todas as nossas visitas são repassadas para ele, então a gestão é boa, muito boa, porque ele nos acompanha em todas as questões, ele é o suporte. Compomos um coletivo gesto. PEE4

Nós temos uma gerente que não apenas nos escuta, mas que também nos deixa fazer, então ela não impõe pra gente as normas, ela escuta o que a gente tem a dizer e nos dá, dentro da limitação dela, pois ela também é subordinada a um órgão maior que é a Seduc, mas dentro das limitações dela, ela nos dá liberdade pra trabalhar, gerir as políticas que estão relacionadas ao nosso trabalho. PEE31

Os gestores têm até boa vontade, alguns né, porque tem alguns que são relapsos e tem outros que são presentes, mas não tem recurso. Não temos papel, não temos nada, estamos trabalhando por amor mesmo. Por isso, tudo acaba sendo uma gestão coletiva. PEE33

Gestores nós temos, a direção da escola né? São duas mulheres, elas são maravilhosas, elas conseguem, apesar dos pesares, conseguem estarem presentes, incentivando o máximo que podem. Vemos uma gestão compartilhada conosco da psicologia. PEE34

Diante do exposto, ressalta-se a importância de projetos de sociedade e de educação, em que essa aproximação pode ser entendida como uma relação de apoio mútuo, uma vez que o psicólogo pode favorecer o desenvolvimento e as interações humanas, promovendo espaços de diálogos e reflexão, por conseguinte, gerando a superação de conflitos, acarretando na promoção de autonomia de todos os atores envolvidos (Dugnani, 2016).

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

O psicólogo contribui na área da educação por intermédio do arcabouço da psicologia articulando com as outras áreas e saberes que constituem e configuram o espaço escolar (Martínez, 2017).

A terceira subcategoria de respostas se caracterizou pelos psicólogos que se reconhecem como gestores de políticas públicas educacionais.

Eu trabalho em concordância com as políticas. Eu acredito que sim [ser reconhecida socialmente como gestora das políticas públicas educacionais], porque a gente está lá para favorecer o desenvolvimento naquele aluno, desenvolvendo um processo de aprendizagem eficaz na medida em que a gente atuava dentro das problemáticas que estavam, que poderiam dificultar esse processo. PEE10

Sim, eu acredito que sim. Nos municípios que eu atuei, acredito que eu consegui bons resultados na gestão de políticas educacionais. PEE14

A gestão do psicólogo nas políticas públicas [de educação] é importante, pois ajuda no desenvolvimento do profissional. [...] importante não confundir gestão com autoritarismo, podendo ser um fator interveniente nas ações. PEE18

Koehler (2018) enfatiza que as possibilidades oferecidas pela psicologia na gestão são as condições para o diálogo, percepção da singularidade dos sujeitos e a compreensão sobre a diversidade humana.

Um dos principais aspectos na formação do psicólogo é o desenvolvimento de seu compromisso profissional de qualidade e socialmente responsável, envolvendo a ampliação da sua visão sobre as demandas educacionais e a sua capacidade em assumir novos desafios (Martínez, 2017).

Portanto, a atuação do psicólogo como gestor tem como base a construção do conhecimento por meio das diversas realidades, territórios e possibilidades de intervenção da psicologia nos processos e aspectos da educação, aliados ao conhecimento amplo do profissional em relação ao contexto em que está inserido (Koehler, 2018).

Mediante a análise de todas as repostas, constata-se que ainda é preciso superar diversos desafios para que haja a concretização do papel do psicólogo na gestão de políticas públicas educacionais. É preciso que o papel do psicólogo como gestor de políticas públicas seja abordado e

discutido com mais ênfase durante o processo de formação acadêmica, pois nos cursos de psicologia essas competências de gestão não são levantadas. Talvez, essa visão estreita frente essa atuação, se dê pela falta de base teórica que ajude a nortear e desenvolver de forma mais contundente e crítica essa prática.

Categoria de Análise 3: Práticas intersetoriais na gestão de políticas públicas de educação

A intersetorialidade pode ser conceituada como a heterogeneidade de funcionários da educação que, trabalhando em diferentes espaços, setores sociais, e com variadas estratégias pedagógicas, voltam seus esforços para a concretização da educação integral de crianças, adolescentes e jovens (Braga et al., 2018).

Assim, a intersetorialidade é de suma importância para o avanço da superação de práticas fragmentadas e sobrepostas, e, sobretudo de ampliar processos formativos e de cuidado coletivo nos territórios educacionais. Desse modo, se faz necessário ir além das obrigações que os programas e políticas propõem e limitam. Ou seja, a intersetorialidade deve estar sempre presente no cotidiano de trabalho das instituições, e ela não poder ser tida como apenas mais uma atribuição. Em vista disso, a educação tem muito a se desenvolver em qualidade (Baldo & Lückmann, 2015).

A política intersetorial surge como possibilidade para resolver problemas que ocorrem sobre uma população que ocupa um local específico. A partir de uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções, tem como objetivo aperfeiçoar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade educacional exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social (Góes & Machado, 2013).

Assim, a importância do trabalho intersetorial na gestão de políticas públicas educacionais foi identificada nas entrevistas da grande maioria dos entrevistados:

É importantíssima [a intersetorialidade na gestão das políticas públicas educacionais], porque o trabalho na educação é um trabalho diferente dos outros, porque é um trabalho que você não faz sozinho, você faz coletivamente, e as problemáticas nossas são bem complexas e justamente precisa desses diversos olhares. PEE2

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

Aqui a gente está trabalhando em parceria principalmente com educação do município, com a saúde, a gente também está pedindo parceria direto com as instituições de Ensino Superior. PEE3

Bem, quando a gente fala em intersetorialidade, a gente tá falando que a gente sai das caixinhas e faz o psicólogo fazer parte de uma equipe mesmo, com os pedagogos, serviço social, fonoaudiólogo, ele tem que inserir nessa equipe e saber trabalhar. PEE7

[...] as políticas educacionais não estão sozinhas, ela estão junto com todas as outras, assistência, saúde e por aí vai, justiça, segurança e tudo mais [...] pode parecer utópico, mas é para onde a gente tem que ir, fortalecimento de toda a rede. PEE9

As práticas intersetoriais se dão por meio de referências e contra referências nos serviços que o município dispõe quando há a necessidade de apoio no desenvolvimento dos projetos, geralmente tais setores (como demais secretarias municipais) respondem prontamente quando acionadas para desenvolver projetos parceiros ou mesmo no atendimento a alunos e famílias com demandas segmentas identificadas. PEE13

Quando a gente chega aos municípios, a gente vai atrás da rede de apoio que a gente tem nesse município, quem a gente pode estar pedindo ajuda quando acontecer uma situação mais grave. Como o nosso foco era de até o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. PEE14

No exercício da profissão como psicólogo, desenvolvi práticas como psicólogo escolar, que nos permitiu fortalecer e potencializar ações intersetoriais na rede de atenção básica, tornando-as eficazes e tem como proposta dar maior celeridade nas ações e demandas das escolas. PEE18

Também foi elencado pelos profissionais, as dificuldades e barreiras enfrentadas para a efetivação da intersetorialidade na gestão de políticas públicas de educação. Uma delas é a falta de profissionais que possibilitem que haja a intersetorialidade de forma satisfatória. A comunicação também se mostra como uma grande barreira para a sua consolidação. Esses pontos podem ser verificados nos seguintes depoimentos:

Com relação à gestão, nós não temos o número de pessoas suficientes pra garantir o melhor, pra gente possibilitar o atendimento completo, então pela própria questão estrutural, a gente não tem condição de envolver-se intersetorial como a gente gostaria. PEE40

Claro que era necessário, além do encaminhamento ser necessário, porque a gente trabalha muito a referência e a contra referência também, que ela não existe porque geralmente a gente encaminha o serviço, mas não volta com a resposta, que ela deveria funcionar tranquilamente, mas assim acredito que se a gente tiver um casamento de todas elas a gente vai convergir para o mesmo ponto, que é dar a melhor qualidade de assistência para o indivíduo, seja ela em qual natureza for. PEE8

É necessário, porque a nossa função dentro da psicologia escolar é bem específica, como todos os outros, e o que poderia ser melhorado é a comunicação entre os setores, o entendimento de setores dentro de todas as políticas públicas. PEE1

Nas respostas da pergunta, “Diante da sua experiência na gestão da área, qual(is) política(s) seria(m) necessária(s) a inserção do psicólogo para desenvolver práticas, intervir, estabelecer parcerias etc?”, verificou-se que ainda é preciso avançar no desenvolvimento da intersetorialidade, constatou-se que ainda existem áreas nas quais a comunicação e o trabalho em conjunto são escassos.

Apesar da intersetorialidade na área da educação seja algo novo, o Ministério da Educação, na última década, tem incentivado e se engajado em programas de outras áreas, pois o processo de ensino e aprendizagem abrange uma série de múltiplos fatores, internos e externos às instituições escolares. Conseqüentemente, se faz necessária a intersetorialidade, pois sozinha, a área educação não consegue dar respostas a todas essas demandas (Baldo & Lückmann, 2015).

Verifica-se também a importância da comunicação entre as áreas da educação e assistência social, pois embora ainda seja um desafio, ambas estão apresentando ganhos e avanços na construção da intersetorialidade. O objetivo é trabalhar conjuntamente, já que o público de ambas é o mesmo. Desse modo, é essencial que haja a existência de um diálogo entre essas políticas, com o intuito da garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida da população (Santos, 2017).

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

Outro ponto que se destaca na gestão de políticas públicas educacionais por parte dos psicólogos escolares é a intersectorialidade entre escola e saúde, e escola e assistência social, que foi outro aspecto trazido como importante para que haja um maior desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Esses dois pontos podem ser verificados nos seguintes extratos das entrevistas:

[...] tem alguns casos que a gente tenta fazer articulação com a assistência, com outras psicólogas que estão na assistência, então dependendo da demanda tentamos acionar, por exemplo, o pessoal do Creas, o pessoal do Cras [...]. PEE1

A questão da saúde é essencial que a gente tivesse cada vez mais contato com as políticas públicas em relação ao atendimento para os nossos alunos. As parcerias com a saúde e com a assistência pode reforçar o cuidado e os olhares. PEE4

[...] a questão da saúde, é muito importante a questão preventiva, gravidez na adolescência, aí tem a questão da família, que está muito fragilizada, os valores estão fragilizados, e isso desemboca na educação... jovens desanimados, desmotivados... a questão da depressão, da mutilação, e isso é muito forte na rede pública de educação. PEE8

Historicamente, escolas do sistema público de ensino representam locais importantes para práticas, estudos e vivências em saúde. Questões que remetem à saúde e à doença podem ser problematizadas e analisadas também no espaço escolar. Desta maneira, as escolas não se atem à sua função de ensino, mas também como um espaço onde o tema saúde surge corriqueiramente na aprendizagem. Por esse motivo, se faz importante problematizar a saúde na escola, através da prevenção do adoecimento, de situações de risco e agravos à saúde e etc (Silva & Bodstein, 2016).

É importante destacar a necessidade de discussões sobre o olhar institucionalista no processo de aprendizagem, e da insistência em práticas que levam a medicalização da aprendizagem, ao ser defendido que entre as limitações de alguns alunos, a sua aprendizagem só ocorra mediante intervenções medicalizantes (Moysés, 2001).

Os desafios frente às explicações para as dificuldades escolares e a educação medicalizada, atualmente, centram-se em distúrbios e transtornos no campo da educação. Entende-se que os recursos

da saúde são fundamentais por representarem avanços na compreensão dos processos humanos, mas quando aplicados no campo da educação retomam a lógica criticada e discutida durante décadas de que o fenômeno educativo e o processo de escolarização não podem ser avaliados no aspecto individualizante do aluno, pois as relações de aprendizagem são estabelecidas nos aspectos histórico, social e político da sociedade (Souza, 2014).

O acesso das pessoas à escola e aos serviços de saúde de qualidade ultrapassa a boa vontade dos sujeitos diretamente envolvidos, contam com a sua atuação, porém estão vinculados a um processo mais amplo, que são o sistema de produção e as relações sociais derivadas (Barroco et al., 2018).

Com o exposto, percebe-se que efetivar a atuação do psicólogo escolar na gestão de políticas públicas educacionais de forma intersectorial provoca uma maior participação de todos os seguimentos da comunidade escolar, acarretando na construção de espaços dinâmicos, compostos pela diversidade e pelos mais diversificados modos de compreender o processo educativo e o espaço escolar (Braga et al., 2018).

Considerações finais

O presente estudo teve finalidade de pesquisar a atuação do psicólogo escolar em gestão de políticas públicas de educação enquanto prática emergente diante das demandas educacionais. Foi possível identificar a inserção desse profissional, considerando a gestão de PPE's, na qual a maioria dos psicólogos está vinculada àquelas que têm em seu escopo políticas de melhoria da educação, enquanto que a minoria está aliada a políticas de atendimento à diversidade.

Quanto à atuação na gestão de políticas públicas de educação, constataram-se três perfis: psicólogos que não se reconhecem na gestão e nem como gestores em PPE; psicólogos que reconhecem sua atuação na gestão de PPE, com gestão compartilhada; e aqueles psicólogos que se reconhecem como gestores principais das PPE em seus locais de trabalho.

Outro ponto que se destaca são as práticas intersectoriais na gestão de políticas públicas de educação, em que os profissionais percebem a importância de ter uma atuação intersectorial na gestão, visando à superação de práticas fragmentadas. Além disso, sinalizam que para ocorrer maior desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, os psicólogos escolares na

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

função de gestão podem potencializar a intersetorialidade entre escola e saúde, e escola e assistência social, mediando intersecções entre diferentes políticas.

Além disso, constatou-se que os psicólogos inquiridos no estudo apontam como algumas das limitações da inserção profissional em funções de gestão de políticas advêm de entraves ainda na formação inicial, por não subsidiar possibilidades e práticas críticas nesse âmbito, que subsidiariam maiores conquistas nesses espaços de atuação. Assim, entende-se que ainda se faz necessário superar diversos desafios para que haja a efetivação do papel do psicólogo na gestão de políticas públicas educacionais.

Não obstante, os dados do estudo podem reforçar a possibilidade de uma maior inserção dos psicólogos escolares na gestão das políticas públicas educacionais, já que esse profissional se mostra capacitado para operar, de uma forma ampla, no desenvolvimento das potencialidades dessas políticas e dos diferentes territórios educacionais.

O psicólogo escolar pode promover um maior desenvolvimento nos processos de ensino e

aprendizagem, ampliando o acesso à escolarização, assim como favorecer a diminuição da evasão escolar, como também auxiliar no desenvolvimento dos mais variados atores e atrizes sociais da instituição. Além disso, atuar a favor do acesso escolarização, e quem sabe, gerar mais possibilidades formativas conjuntamente com a equipe pedagógica, para que esse território escolar possa transformar realidades adversas vividas por muitos estudantes, professores e suas respectivas famílias.

Em suma, a pesquisa e os resultados encontrados se limitam a um determinado contexto histórico-cultural, que podem apresentar particularidades desse território e, que desse modo, nem sempre podem ser generalizados. Os estudos frente ao objeto investigado não se esgotam com essa pesquisa. Para futuros estudos, recomenda-se uma investigação longitudinal sobre a eficácia e importância da atuação do psicólogo na gestão de políticas públicas educativas, bem como inquirindo perspectivas de outros profissionais ou de usuários de seus serviços educacionais.

Referências

- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, ANPEPP. (2016). *Apresentação*. Recuperado em <http://www.anpepp.org.br>.
- Baldo, L. C., & Lückmann, L. C. (2015). A intersetorialidade como estratégia de implementação de políticas públicas. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 088-092. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5740820>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Retos, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 70.
- Barreto, M. da A., Calafangel, P. A. F. R. D., & Lima, Z. P. de. (2009). Estudo com psicólogos escolares: Ações e desafios. *Psicologia Argumento*, 27(58), 261-269. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/>
- Barroco, S. M. S.; Matos, N. da S. D. de & Orso, P. J. (2018). Políticas, concentração da riqueza e crescimento das desigualdades: recuperações históricas necessárias. In Negreiros, F.; Zibetti, M. L. T. & Barroco, S. M. S. (Orgs.). *Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamentos à exclusão*. (1ª ed., Cap. 7, pp. 133-148). Curitiba: CRV. Coedição: Teresina: EDUFPI.
- Braga, E. F. da S., Pereira, L. D., & Vital, S. C. C. (2018). Educação integral, gestão intersetorial e políticas educacionais: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Geofronter*, 3(4), 21-32. Recuperado de <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/3031>
- Chagas, J. C. & Pedroza, R. L. S. (2013). Psicologia escolar e gestão democrática: atuação em escolas públicas de Educação Infantil. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 17 (1), 35-43. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572013000100004
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica*. Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-educacao-basica/>

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

- Dugnani, L. A. C. (2016). *Psicologia escolar e as práticas de gestão na escola: um estudo sobre os processos de mudança mediados pela vontade*. Tese de pós-graduação em psicologia. Programa de Pós-Graduação em psicologia. PUC-Campinas. Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/478>
- Ferreira, C. S., & Santos, E. N. (2014). Políticas públicas educacionais: Apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. *Revista Labor: Revista da Universidade Federal do Ceará*, 1(11), 146-159. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.29148/labor.v1i11.6627>
- Giron, G. (2012). Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania?. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 0(24). Recuperado de <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/109>
- Góes, F. T., & Machado, L. R. de S. (2013). Políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local. *Educação & Realidade*, 38(2), 627-648. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000200016>
- Khoeler, S. E. (2018) Aprendizados e tensões: o psicólogo escolar como gestor na educação profissional. In Negreiros, F. & Souza, M. P. R de. (Orgs.). *Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior*. 6 v., cap. 01, pp. 13- 30. Teresina, PI: EDUFPI.
- Leonardo, S. T., Rossato, S. P. M., & Constatino, E. P., (2018) Políticas públicas em educação e o fracasso escolar: as interlocuções com a psicologia. In Campos, H. R.; Souza, M. P. R de. & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Psicologia e políticas educacionais*. (pp. 43-66). Curitiba: Appris.
- Marinho-Araújo, C. M. & Almeida, S. F. C. (2014). Encontros, desafios e impasses: a história da articulação entre a Psicologia e a Educação no Brasil. In Marinho-Araújo, C. M. & Almeida, S. F. C. *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. (pp. 13-22). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Martínez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 13 (1), 169-177. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020
- Martínez, A. M. (2017). O psicólogo escolar e os processos de implantação de políticas públicas. In Campos, H. R. (Org.). *Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas*. 2ª edição. (pp. 95-117). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Moraes, C. M., Carvalho, L. S., Costa, T. S., Negreiros, F., & Freire, S. E. A. (2019). Políticas educacionais e Psicologia: Uma revisão da literatura. *Psicologia: Teoria e Prática*, 21(3), 228-254. Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/11814>
- Moyisés, M. A. A. (2001). *A institucionalização invisível: crianças que não-aprendem-na-escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Negreiros, F., & Santos, L. B. (2018). Atuação do psicólogo escolar o Pronatec campo: um estudo de caso. In Negreiros, F.; Zibetti, M. L. T. & Barroco, S. M. S. (Orgs.), *Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamentos à exclusão*. (1ª ed., Cap. 7, pp. 133-148). Curitiba: CRV. Coedição: Teresina: EDUFPI.
- Negreiros, F.; Zibetti, M. L. T. & Barroco, S. M. S. (2018) *Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamentos à exclusão*. Curitiba: CRV/Teresina: EDUFPI.
- Oliveira, A. F. (2010). Políticas Públicas Educacionais: Conceito e contextualização numa perspectiva didática. In Oliveira, A. F. et al. (Org.) *Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiás: Editora PUC.
- Santos, E. F. dos. (2017). *O desafio da intersetorialidade entre educação e assistência social: Escola Vila Esperança CRAS Espaço Esperança e Grupo Primavera – Campinas/SP*. Dissertação de mestrado, Centro universitário Salesiano de São Paulo Unisal – Campus Maria Auxiliadora, Campinas, SP. Recuperado de https://unisal.br/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Eliane-Ferreira-dos-Santos.pdf
- Silva, C. dos S., & Bodstein, R. C. de A. (2016). Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em promoção da saúde na escola. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(6), 1777-1788. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.08522016>
- Souza, M. P. R. de. (2014). Desafios para uma atuação profissional de psicólogos frente à queixa escolar: compromisso ético, político e social. In Souza, M. P. R. de., Silva, S. M. C. da., & Yamamoto, K.

O psicólogo escolar na gestão de políticas públicas de educação no Brasil

(Org.). *Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios*. (pp. 283-293). Uberlândia, MG: EDUFU.

Souza, M. P. R. de., Yamamoto, K. & Galafassi, C. (2014). Atuação do psicólogo na rede pública de educação em sete estados brasileiros: caracterização, práticas e concepções. In Souza, M. P. R. de., Silva, S. M. C. da., & Yamamoto, K. (Org.). *Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios*. (pp. 223-256). Uberlândia, MG: EDUFU.

Tanamachi, E. R. & Meira, M. E. M. (2003). A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. In Meira, M. E. M.; Antunes, M. A. M. (Orgs.). *Psicologia escolar: práticas críticas*. (pp.11-62). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Tondin, C. F., Schott, D. F., & Bonamigo, I. S. (2014). A atuação do psicólogo na rede pública de educação de Santa Catarina. In Souza, M. P. R. de., Silva, S. M. C. da., & Yamamoto, K. (Org.). *Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios*. (pp. 195-221). Uberlândia, MG: EDUFU.

Wanderer, A., & Pedroza, R. L. S. (2010). Elaboração de projetos político-pedagógicos: reflexões acerca da atuação do psicólogo na escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14(1). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a13.pdf>

Recibido el 01.07.2019

Aceptado 31.03.2020

Figura:

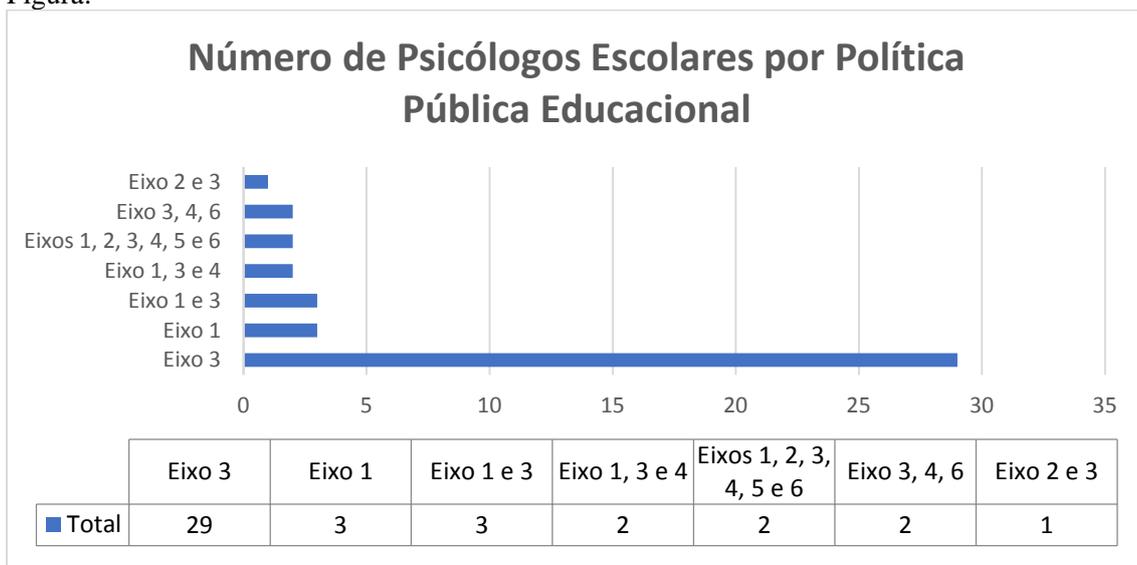


Figura 1

Caracterização dos psicólogos escolares por eixos das políticas públicas educacionais.